



Darli Dias

Fazer a apresentação da 12<sup>a</sup> edição da Revista **PPP** me traz dois sentimentos antagônicos. Por um lado, de ansiedade, pois acredito ser necessário falar com legitimidade sobre os temas tratados pelos autores que ora se dispõem a socializar suas reflexões sobre assuntos ligados à política pública. Já por outro lado, sinto-me tranquila, visto que os textos aqui presentes foram prazerosos de ler e trazem abordagens bastante interessantes e contagiantes. Eles falam por si mesmos quanto a pertinência dos temas abordados.

Apesar do cuidado em aproximar o leitor dos temas discutidos, tenho plena consciência de que nossos interlocutores também agirão com generosidade e suprirão as lacunas que por ventura permanecerem.

11

Os artigos dessa edição estão dispostos sem um critério rígido, pois discorrem sobre assuntos tão diversos que suas sequências são totalmente independentes. Não existe nenhuma sugestão de ordem de leitura ou complementaridade.

Dito isso, o artigo que abre essa revista foi o de Ângela Imaculada Loureiro Dalben, Paula Cambraia de Mendonça Vianna e Edna Martins Borges apresentam, no artigo *Formação dos profissionais da educação em minas gerais: diálogos com a prática*, algumas reflexões sobre a política de formação da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, desenvolvida por meio da MAGISTRA.

O texto cumpre uma ação significativa, pois atualiza o leitor sobre uma política pública pouco conhecida para quem não está diretamente

ligado à educação. Com um roteiro claro, descreve os princípios conceituais e metodológicos adotados pela Escola Magistra, com vistas a tornar explícitos os desafios para se garantir a formação continuada dos profissionais da educação do Estado de Minas Gerais.

As autoras adotam tanto a perspectiva histórica da implantação dessa política quanto a dimensão teórica na qual balizam as escolhas feitas para garantir a materialização dessa política. Este artigo apresenta algo de extrema relevância quando se trata de formação docente; a valorização da prática acumulada por esse profissional. O reconhecimento desses saberes e o diálogo com outros profissionais aproxima e traz significado para as reflexões que os vários espaços e ferramentas disponíveis podem oferecer. Assim, as autoras finalizam, salientando as potencialidades que esta política, mesmo recente, já conquistou; bem como outras que ainda poderão se destacar.

12

O segundo artigo, escrito por Jorge Gabriel Foa Torres, *La dimensión jurídico-normativa en los estudios de políticas públicas ambientales: una evaluación crítica desde la teoría política del discurso*, propõe uma reflexão sobre a evolução das políticas ambientais, destacando as alterações das normatizações jurídicas ao longo dos anos.

Ao longo do texto, o autor discute como se dá a materialização e implementação da legislação em contraponto com as necessidades do mercado de trabalho ou contexto social dos envolvidos. Os enfoques dados às legislações ambientais se alteram a depender os atores envolvidos, das circunstâncias e necessidades. As mudanças de perspectivas trazem, muitas vezes, conflitos desnecessários, injustos e, por que não, ilegais. As teorias sobre as quais se constroem os argumentos são pertinentes e sistematizam a realidade de vários países da América Latina.

No terceiro artigo, temos o texto de Ezequiel Redin, *Muito além da produção e comercialização: dificuldades e limitações da agricultura*

*familiar*, cuja temática fornece informações consistentes sobre as dificuldades enfrentadas por agricultores familiares, bem como as estratégias de sobrevivência por eles adotadas.

Ao detalhar essas estratégias, sinaliza a importância de sua investigação, uma vez que analisa a influência do mercado na vida desses produtores. Sua contribuição se dá no campo da análise dos diferentes elementos que coadjuvam no entendimento do mercado agrícola e as ações dos agricultores. Aqui se evidenciam os conflitos subjacentes à aparente simplicidade e estabilidade das produções e comercializações dos produtos agrícolas.

O destaque das dificuldades na efetivação de todo o processo de produção evidencia a ausência de sinergia entre os atores envolvidos e os interesses individuais e coletivos.

Finalizando os artigos, “*Sociedade civil, reforma do estado e os desafios da institucionalização do terceiro setor no Brasil*”, o autor Lucas Rodrigues Cunha apresenta algumas contribuições significativas com relação ao universo do Terceiro Setor. Para isso, apresenta o percurso histórico da sua institucionalização, bem como das mudanças de paradigmas que ocorreram nos últimos anos.

13

Foram foco, também, as dimensões social e econômica que envolvem a estruturação das Organizações do Terceiro Setor. Nesse sentido, compreender os mecanismos que institucionalizam as ONGs, pode ser uma via interessante, seja para os interessados na área, seja para aqueles que ainda desconhecem ambiente.

Na sessão Ponto de Vista temos *Da inovação intuitiva para um processo estruturado “inovação em um banco público”*, de Luis Henrique Mendes Guimarães e Alexandre Navarro de Castro Barreto. As reflexões tecidas pelos autores apresentam-se bastante interessante, pois levanta apontamentos sobre uma instituição

financeira de grande representação social.

Resta dizer que os textos, por terem sido escritos em contextos diferentes, gozam de autonomia de voo uns em relação aos outros. Mas, relidos, revelam ao leitor uma unidade, por estarem voltados para as questões relacionadas às políticas públicas. Na verdade, expressam a trajetória de pensamentos que se esforça permanentemente pela reflexão e busca de superação dos desafios impostos pelas circunstâncias.

Esse é o principal objetivo que nos move a publicar estes textos. Talvez na pretensão de alcançar um público que esteja disposto a um diálogo a respeito de temas que nos são comuns e que, direta ou indiretamente, estão motivados a aceitarem a tarefa de fazerem diferença no mundo em que habitam. E esta diferença começa por essas leituras.

Hacer la presentación de la 12<sup>a</sup> edición de la Revista PPP me trae dos sentimientos antagónicos. Por un lado, la ansiedad, ya que creo que es necesario hablar con legitimidad de los temas tratados por los autores que están dispuestos a socializar sus reflexiones sobre temas relacionados con las políticas públicas. Por otro lado, me siento tranquila, ya que los textos aquí presentes fueron agradables para leer y traen abordajes interesantes y contagiantes. Ellos hablan por sí mismos en cuanto a la relevancia de los temas tratados.

A pesar del cuidado de acercar al lector a los temas discutidos, tengo plena conciencia de que nuestros interlocutores también actuarán con generosidad y suplantarán algunas brechas que quizás permanezcan.

Los artículos de esta edición están disponibles sin un criterio rígido, ya que hablan de temas tan diversos que sus secuencias son totalmente

independientes. No existe ninguna sugerencia de orden de lectura o complementariedad.

Dicho esto, el artículo que abre la revista fue de la Angela Imaculada Loureiro Dalben, Paula Cambraia de Mendonça Vianna y Edna Martins Borges presentan el artículo, *Formación de profesionales de la educación en minas: diálogos con la práctica*, algunas reflexiones en la política de formación del Departamento de Educación del Estado de Minas Gerais, desarrollado por medio de MAGISTRA.

El texto cumple una acción importante porque actualiza al lector con una política pública desconocida para aquellos que no están directamente vinculados a la educación. Con una hoja de ruta clara describe los principios conceptuales y metodológicos adoptados por Escuela Magistra, con el fin de hacer explícitos los desafíos para asegurar una formación continua de los profesionales de la educación en el Estado de Minas Gerais.

15

Las autoras adoptan tanto la perspectiva histórica de la aplicación de esta política como la dimensión teórica en la que enmarcan las decisiones tomadas para garantizar la Materialización de esta política. Este artículo presenta algo de suma importancia cuando se trata de la formación docente, la valorización de la experiencia práctica acumulada por este profesional. El reconocimiento de los conocimientos y el diálogo con otros profesionales proximan y traen el significado para las reflexiones que los distintos espacios y herramientas disponibles pueden ofrecer. Por lo tanto, las autoras finalizan destacando el potencial que esta política, incluso reciente, ya conquistó, así como otras que todavía podrán destacarse.

En el segundo artículo, escrito por Jorge Gabriel Foa Torres, *La dimensión jurídico – normativa en los estudios de políticas públicas ambientales: una evaluación crítica desde la teoría política del discurso*, propone una reflexión sobre la evolución de las políticas

ambientales, destacando los cambios en las normas jurídicas a lo largo de los últimos años.

Recorriendo el texto, el autor discute cómo se da la materialización e implementación de la legislación, en contrapunto a las necesidades del mercado de trabajo o el contexto social de los involucrados. Los enfoques dados a las legislaciones ambientales se alteran dependiendo de los actores involucrados, las circunstancias y necesidades. Estos cambios de perspectivas traen, a menudo, conflictos innecesarios e injustos y por qué no, ilegales. Las teorías sobre las cuales se construyen los argumentos son pertinentes y sistematizan la realidad de varios países de América latina.

El tercer artículo, tenemos el texto de Ezequiel Redin, *Mucho más allá de la producción y comercialización: dificultades y limitaciones de la agricultura familiar*, cuya temática nos proporciona información consistente acerca de las dificultades que enfrentan los agricultores familiares, como así también las estrategias de supervivencia que ellos adoptan.

Al detallar estas estrategias, señalan la importancia de su investigación, ya que analiza la influencia del mercado en la vida de los productores. Su contribución se da en el campo del análisis de los diferentes elementos que ayudan a la comprensión del mercado agrícola y las acciones de los agricultores. Aquí mostramos los conflictos que subyacen a la aparente simplicidad y a la estabilidad de la producción y comercialización de los productos agrícolas.

El destaque de las dificultades en la realización de todo el proceso de producción muestra la falta de sinergia entre los actores involucrados y los intereses individuales y colectivos. Finalizando los artículos, “*Sociedad civil, reforma del estado y los desafíos de la institucionalización del tercer sector en brasil*”, el autor Lucas Cunha, presenta algunas contribuciones significativas en relación al universo

del Tercer Sector. Para esto, presenta los antecedentes históricos de su institucionalización, como así también los cambios de paradigmas que se han producido en los últimos años.

Fueron focados también los aspectos sociales y económicos que implican la estructuración de las Organizaciones del Tercer Sector. En este sentido, la comprensión de los mecanismos que institucionalizan a las ONGs, puede ser una manera interesante, para los interesados en el área, o para aquellos que todavía la desconocen.

En el sector Punto de Vista, *De la innovación intuitiva para un proceso estructurado “innovación en un banco público”*, de Luis Henrique Mendes y Alexandre Navarro de Castro Barreto. Las reflexiones vertidas por los autores se presentan muy interesante porque plantean puntos sobre una institución financiera de gran representación social.

Resta decir que los textos, por haber sido escritos en diferentes contextos, gozan de autonomía unos en relación a los otros. Sin embargo, volviendo a su lectura, nos muestran una unidad, ya que se refieren a problemas relacionados con las políticas públicas. De hecho, expresan la trayectoria de pensamientos que se esfuerzan constantemente por la reflexión y la búsqueda de superar los desafíos impuestos por las circunstancias.

Este es el principal objetivo que nos mueve a publicar estos textos. Tal vez con la pretensión de llegar a un público que está dispuesto a dialogar sobre los problemas que nos son comunes y que, directa o indirectamente, están motivados a aceptar la tarea de hacer una diferencia en el mundo que habitamos. Y esta diferencia comienza con estas lecturas.